



**21º Congresso de Iniciação Científica**

**CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA CIDADE DE PIRACICABA: UM ESTUDO DE CASO**

**Autor(es)**

---

REBECA PASCHOAL PADULLA

**Orientador(es)**

---

TELMA REGINA DE PAULA SOUZA

**Apoio Financeiro**

---

FAPIC/UNIMEP

**Resumo Simplificado**

---

A presente pesquisa teve como objetivo o estudo do Conselho Municipal de Saúde (CMS) da cidade de Piracicaba, buscando compreender os sentidos e significados da participação da sociedade civil nas políticas de saúde, as relações internas no CMS e com a sociedade civil. Para entender essa participação, nossa discussão se inicia com uma reflexão sobre o processo de redemocratização e democracia participativa brasileira. A participação dos atores sociais no controle de políticas sociais ganha força a partir da Constituição Federal de 1988, a partir da qual foram criadas leis que garantem a participação da sociedade civil, dando abertura para a construção de espaços públicos para participação institucionalizados, entre os quais se destacam os conselhos gestores. O objetivo principal para a criação e funcionamento das instituições participativas está relacionado a melhorar os serviços públicos prestados pelo Estado, sendo eles diretos ou terceirizados. A discussão segue com a democratização do Sistema Único de Saúde, com a lei 8.142 e as resoluções 333/2003 e 453/2012, nas quais se garante a participação da sociedade civil na gestão do SUS com duas instâncias colegiadas: as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde. Discutimos o papel da participação da sociedade civil no controle social ao longo da história do povo brasileiro, trazendo à discussão outras pesquisas relacionadas ao tema, sempre problematizando o controle social como um processo de democratização do país e um pressuposto para a formação e permanência do ideal democrático. As Conferências também possuem um papel fundamental na construção de novas políticas e estratégias para o funcionamento dos serviços de saúde que, de acordo com a lei 8.142, se configuram como um espaço para avaliar a situação da saúde e propor novas diretrizes para a construção das políticas de saúde nas três esferas de governo. A metodologia utilizada nesta pesquisa qualitativa com o objetivo de se compreender os sentidos da participação desses sujeitos como Conselheiros representantes dos usuários, para isso, realizamos análise documental, observação participante nas reuniões ordinárias do CMS e entrevistas semi-dirigida com conselheiros. Dos procedimentos utilizados destacamos as entrevistas que proporcionaram um diálogo mais aberto sobre o tema apresentado. Os dados nos proporcionaram conhecer quem são os representantes dos usuários do CMS: protagonistas da sociedade civil e que possuem um histórico de participações dentro de seus respectivos bairros e nas Comissões Locais de Saúde (CLS). A relação existente entre esses representantes junto à saúde e as ações dos gestores, está intimamente ligada à posição clientelista, pois buscam no setor público a soluções de demandas existentes em seu bairro. Foram apontados também alguns limites que acontecem na participação, como a falta de capacitação técnica para se compreender textos e documentos para exercer efetivamente as ações necessárias, a falta de um diálogo maior com a Secretaria de Saúde. Concluímos que é necessário problematizar essa participação, para a garantia de sua efetividade.